

AS ESCOLAS PROFISSIONAIS NA REGIÃO

ALENTEJO

A inovação passa por aqui

*ANTÓNIO MANUEL FONSECA **

1. O lugar da formação profissionalizante no sistema educativo português

No ano lectivo de 1983/84 introduziu-se na educação portuguesa, em regime de experiência pedagógica, o Ensino Técnico-Profissional, o qual surgia num espaço até 1974 ocupado pelo ensino técnico e comercial, mas agora procurando corrigir os efeitos da segregação e discriminação social de que se acusavam as antigas escolas técnicas. Valerá a pena apontar algumas contribuições no sentido de ajudar a compreender o significado de que o Ensino Tecnológico e Profissional (ETP) se reveste no actual contexto sócio-educativo-profissional português.

A importância do ETP é afirmada quer por organismos públicos quer por organismos empresariais e económicos, realçando a necessidade de desenvolver um sistema de formação que promova a inserção no mercado de trabalho de jovens com uma preparação técnica específica, de nível intermédio. Defende-se, ainda, que um sistema desta natureza deve estar em permanente desenvolvimento e actualização, adaptado às realidades económicas e sociais, alar-

gando esta preocupação à escala europeia. De facto, independentemente da diversidade de cada país e dos contextos de desenvolvimento económico, social e cultural em que se inserem, as mutações tecnológicas e, conseqüentemente, a reformulação das qualificações profissionais e do mercado de emprego impõem novas exigências aos sistemas de formação inicial. Quanto à realidade portuguesa, não será com certeza a menor das exigências, antes uma das fundamentais, combater a crise de credibilidade que ciclicamente afecta o sistema educativo, com particulares reflexos na falta de eficácia dos processos de inserção profissional.

Num plano teórico, o ETP é perspectivado, no momento actual, com uma importância crescente dada a necessidade sentida pelas empresas de pessoal qualificado capaz de enfrentar o progresso tecnológico e as modificações sócio-culturais a ele associadas. Por outro lado, um alargamento das oportunidades de formação inicial favorece a democratização dos sistemas de ensino e do acesso a uma profissão qualificada.

No entanto, esta percepção optimista do ETP não tem sido acompanhada pela

* Docente na Universidade Católica Portuguesa no Porto

população juvenil, a qual não valorizou ainda esta alternativa de formação como seria de esperar, isto se atendermos quer aos esforços que a nível oficial se têm desenvolvido para melhorar a sua imagem, quer à tão proclamada virtualidade de se constituir como uma "ponte facilitadora" de acesso a um emprego. Aliás, o desemprego continua a surgir como um dos factores que maior receio inspira na população juvenil relativamente ao futuro, segundo dados publicados pelo Instituto da Juventude em 1989.

Julgamos, ainda, que a postura dos jovens face ao mundo do trabalho não se resume ao conjunto de empregos disponíveis ou aos meios que lhes dão acesso, exigindo que seja reflectida como um processo necessariamente complexo de relações pessoais e sociais. Nesta medida, a falta de receptividade generalizada que o ETP tem encontrado nos jovens portugueses (que o vêem essencialmente como um ensino de 2ª escolha) merece ser encarada à luz do modo como estes põem o problema da elaboração dos seus projectos escolares e profissionais, problema cuja resolução passa, frequentemente, não tanto por uma "escolha individual" mas pela "eficácia" de um determinado projecto social, resultante de uma "cumplicidade tácita" entre os sistemas escolar e familiar.

Herdeiras quer dos antigos "liceus" quer das "escolas técnicas" - realçando com isto que a separação entre ensino liceal e ensino técnico impunha uma opção escolar precoce, discriminatória, ignorando capacidades e aspirações porque baseada essencialmente no poder económico familiar e na correspondente posição social -, as "escolas secundárias" visavam a democratização do ensino, grande e novo objectivo que a mudança política do 25 de Abril trouxe consigo. Aconteceu, porém, que à contestação do privilégio que os liceus representavam se opôs, não uma alteração profunda das circunstâncias que eram causa desse privilégio, mas a contraditória ideia de acesso da maioria ao privilégio. Resultou daí uma "i-
cealização do ensino", com a desvalorização

de vias de aprendizagem mais técnicas e transformando-se o ensino secundário numa "fábrica de jovens com um médio, muitas vezes medíocre nível cultural, sem preparação profissional para coisa nenhuma, sem bases mesmo para uma preparação profissional posterior" (Barreno, 1988, p. 124).

Não tendo havido, entretanto, uma maturação sócio-política da maioria da população portuguesa, a imagem da "democratização do ensino" era, para a maior parte, correspondente à ideia de acesso a um tipo e a um grau de ensino até então privilégio de alguns. Isto sem esquecer a perspectiva de que a escola, em paralelo com a preparação para a vida adulta, fosse também um meio de promoção social, por vezes à custa da realização pessoal ou do exercício de capacidades criativas. O "diploma" universitário torna-se a perspectiva fundamental a ter em conta, um passo em frente na escala social; os próprios jovens sentem-se desmotivados por tudo aquilo que, parecendo "inútil", não resulte em benefício directo dessa perspectiva "mágica", assumindo-a tantas vezes sem objectividade, segundo os sonhos da família.

É impossível, contudo, ignorar o actual "paradoxo escolar": a escola não concede uma promoção pessoal garantida nem uma diminuição geral das desigualdades sociais e constata-se uma falência generalizada na preparação para a vida profissional. Se este paradoxo poderia fazer supor uma mudança de mentalidades quanto às aspirações dos jovens no respeitante à elaboração de projectos escolares e profissionais, a influência das instituições sociais ou a própria aspiração relativa ao nível académico a atingir acaba por confirmar a tendência de que, numa primeira análise, os jovens portugueses mais rapidamente são levados a reproduzir o discurso dos pais e as suas expectativas do que a produzir um discurso baseado em vivências, percepções e expectativas próprias.

Permanecendo cada vez mais tempo na dependência económica dos pais, antes

conformando-se do que contestando as suas expectativas, a reprodução do sistema de valores que confere prestígio ao diploma universitário é um modelo de mentalidade a ter em consideração na população juvenil a quem se dirigem as reformas do sistema de ensino e permite arriscar uma pista de interpretação do baixo índice de inscrições nos cursos do ETP.

A organização de uma rede de formação profissionalizante no sistema educativo português, predominantemente orientada para a entrada dos jovens no mundo do trabalho, devidamente qualificados e apetrechados das competências necessárias para ocupar os "quadros intermédios" das empresas, mostra assim algumas dificuldades em impor-se ao nível dos projectos dos jovens portugueses quanto às suas perspectivas de estudo e de trabalho. A Lei de Bases do Sistema Educativo, tendo definido um novo quadro global para o sistema educativo português, propõe uma nova reorientação para o ETP, valorizando os cursos e as carreiras nos domínios técnico e tecnológico. No entanto, mesmo uma escola centrada na sólida aquisição de conhecimentos globais, teóricos e humanísticos, a par e passo com uma componente de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante, logo favorecendo quer a promoção individual quer a transformação social, mesmo uma "escola assim" terá de contar, julgamos, com as eventuais contradições entre as intenções dos "reformadores" do ensino e as intenções dos utentes "reais" da escola.

A transformação do ensino supõe não apenas a sua diversificação mas igualmente uma alteração dos valores que o orientam, impondo a necessidade de diálogo entre a escola e a realidade económica, em busca de "uma mais verdadeira democratização, criando novas e efectivas preparações profissionais, diversificando a sociedade, rompendo a pirâmide dos estratos, propondo, inclusive, novos valores e vias de ascensão social" (Barreno, 1988, p. 125).

2. As escolas profissionais na região Alentejo:

Uma avaliação a partir dos alunos

A via técnico-profissional e a via profissional, formando em conjunto o chamado ensino técnico-profissional, constituíram até ao lectivo de 1989/90, ao nível do sistema regular de ensino, as únicas possibilidades de iniciação e qualificação profissional dos jovens portugueses. Recentemente, estes domínios de formação foram integrados num esquema mais amplo, a que se associaram as Escolas Profissionais. A criação das Escolas Profissionais (EP) em Portugal (Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro) surgiu como um projecto que, desde o início, procurou reaproximar o sistema de oferta de formação às necessidades de valorização profissional dos recursos humanos, assente principalmente no querer e no empenho das forças sociais e económicas implantadas em cada região. Por outro lado, alargando o leque das escolhas dos alunos no final da escolaridade obrigatória, as EP abrem "caminho à criação de condições para a organização, por parte dos jovens, dos seus próprios percursos de formação" (Marques, 1990, p. 43).

Distribuídas por todo o país e oferecendo uma alternativa de qualificação profissional a alguns milhares de jovens, as EP constituem hoje um projecto educativo que merece ser olhado e reflectido. Em Dezembro de 1990, era de 13,1% o total nacional de alunos do ensino secundário que frequentavam cursos do ETP e das EP, enquanto na região Alentejo* esse número subia para os 16,1%, apresentando valores de frequência do ensino tecnológico mais elevados do que a média de continente. Na região Alentejo, em particular no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, encontram-se actualmente em funcionamento Escolas Profissionais nas seguintes localidades - Alvito, Beja, Grândola, Odemira; Serpa, Sines e Vidigueira/Cuba -, abrangendo as seguintes áreas de formação - Construção Civil, Informática,

Electricidade e Electrónica, Química, Agro-Alimentar, Hotelaria e Turismo, Acção Social, e Administração, Serviços e Comércio.

Numa óptica de aperfeiçoamento da experiência das EP, o GETAP (Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional), organismo responsável pelo lançamento e coordenação do projecto das EP, promoveu em Junho de 1991 uma avaliação a partir dos alunos, com o objectivo de conhecer a sua posição sobre aspectos referentes ao funcionamento do projecto de formação em que estão envolvidos. De facto, coube aos alunos, através de uma composição escrita e de um tema - a minha escola -, dar forma escrita a uma postura em que os "pontos fortes" e os "pontos fracos", o "positivo" e o "negativo" do projecto são potencialmente reveladores dos modelos interiorizados pelos alunos sobre o que seja uma escola "boa" ou "má" (Fonseca, 1992).

Foram verdadeiramente surpreendentes os resultados que este estudo revelou no que respeita ao impacto que as EP têm gerado na região Alentejo, sendo possível destacar algumas opiniões mais significativas dos alunos nas seguintes categorias de análise:

Função das Escolas Profissionais

Há um reconhecimento positivo global do papel desempenhado pelas EP na formação de técnicos qualificados, mostrando-se os alunos da região Alentejo bastante sensíveis à importância das EP para o desenvolvimento do espaço regional e nacional. Do mesmo modo, os jovens desta região salientam que o aparecimento das EP abriu o leque das opções de formação ao seu alcance e ainda que o modelo de funcionamento das EP se revela francamente preferível quando comparado com o das escolas secundárias. É curioso, nomeadamente, que nenhum dos 101 alunos da região Alentejo abrangidos por este estudo se afirma defraudado nas suas expectativas de formação.

Objectivos de formação

Os alunos da região Alentejo valorizam a formação recebida enquanto "passaporte" para um acesso mais seguro à vida profissional, quer na sua vertente mais restrita (inserção no mundo do trabalho), quer na sua vertente mais ampla (abertura de novas perspectivas de construção do projecto de vida).

Disponibilidades de estruturas e de recursos tecnológicos

De uma forma geral, os alunos da região Alentejo estão moderadamente satisfeitos quanto às condições físicas em que funcionam as EP, muito embora esta opinião sofra variações consoante o curso frequentado. No entanto, o número dos que manifestam uma opinião positiva acerca dos equipamentos e recursos utilizados na formação é superior ao dos que o fazem pela negativa.

Condições de ensino-aprendizagem

Trata-se de uma categoria em que não é possível realçar apreciações claramente discriminadas dos alunos do Alentejo em relação ao resto do país, existindo coerência com as opiniões generalizadas. Assim, a avaliação que os alunos fazem de aspectos como o corpo docente ou as metodologias de ensino utilizadas pressupõe a existência de condições favoráveis de ensino-aprendizagem, isto apesar de algumas apreciações sinalizarem que os alunos não reconhecem no desempenho dos professores um grau de motivação tão elevado quanto eventualmente desejariam. Do mesmo modo, a avaliação de factores como o plano curricular, o horário ou os métodos de avaliação deixam a entender que há domínios a necessitar de algum aperfeiçoamento.

Dimensão sócio-educativa

Também aqui os alunos do Alentejo não se afastam sensivelmente dos seus colegas do resto do país, revelando insatisfação pela insuficiência dos apoios económicos e pela política seguida quanto ao pagamento de propinas

Articulação com o meio envolvente

Na óptica dos alunos da região Alentejo, a articulação entre as EP e o meio exterior (seja com a própria localidade onde está instalada, seja com empresas e instituições diversas) é francamente deficiente. De facto, apesar de, em teoria, os alunos considerarem haver preocupação pela ligação escola-práticas profissionais, é maioritário o número dos que referem a ausência de estágios e/ou visitas de estudo, o que poderá revelar uma certa desvalorização da componente prática da formação.

Desempenho de papéis

As relações estabelecidas no âmbito das EP recolheram uma apreciação positiva da maioria dos alunos, sendo estes, porém, algo críticos no que se refere ao desempenho dos corpos directivos e ao nível das relações aluno-direcção.

3. As Escolas Profissionais como um Projecto Inovador

Como foi referido, da opinião dos alunos da região Alentejo transparece uma imagem bastante positiva do projecto das Escolas Profissionais. Esse elevado índice de satisfação é patente, sobretudo, na novidade em que consistiu o aparecimento das EP como local de formação. Este facto traduz-se, nomeadamente, no alargamento das

ofertas de formação a novas localidades - fora do eixo litoral - e na diversificação de propostas de formação colocadas à disposição dos jovens. Enquanto região tradicionalmente pouco contemplada com "inovações" a nível do sistema de educação/formação, o aumento do número e da variedade de opções de prosseguimento de estudos na região Alentejo obtém um feed-back positivo dos jovens alentejanos, os quais assinalam a contribuição que as EP podem vir a dar para a correcção de algumas disparidades e assimetrias, abrindo oportunidades de formação profissional em regiões menos favorecidas sob este ponto de vista.

Numa região marcada por forte abandono escolar e por uma tradicional dificuldade de fixação dos recursos humanos, a oportunidade que as EP conferem para a valorização pessoal e profissional é igualmente destacada pelos alunos da região Alentejo. De facto, enquanto os alunos mais novos se encontram particularmente atentos ao factor "inovação", os mais velhos concentram a sua atenção na perspectiva de as EP constituírem uma alternativa concreta de formação, para muitos uma derradeira tentativa de obtenção de uma formação qualificada. Esta autêntica "recuperação" de potencialidades humanas, operada por um sistema de formação diferente, será, porventura, um dos aspectos mais salientes deste início de experiência do projecto das EP, proporcionando a muitos jovens um meio de realização social e profissional que dificilmente estaria ao seu alcance noutras circunstâncias.

REFERÊNCIAS

- BARRENO, I. (1988). *O direito ao presente. Um estudo sobre a juventude portuguesa*. Lisboa: IED.
- FONSECA, A. M. (1992). *Um sabor diferente. Uma avaliação do projecto das Escolas Profissionais*. Porto: GETAP. Texto Policoopiado.

Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional. Caracterização das ofertas e da frequência dos cursos técnicos (ETP) e profissionais (EP). Porto: GETAP, 1991.

MARQUES, M. (1990). *As Escolas Profissionais: Um novo modelo de formação*. Inovação, 3, 3, 43-52.

